

A CEDAE VAI À LUTA

Empregados "arregaçam as mangas" pela preservação do Saneamento no setor público

Ronaldo Gama

A CEDAE vive momentos difíceis. Presionada de um lado pela proposta do governo, que quer a privatização dos serviços de Saneamento no Estado, e, de outro, pela população, que exige um serviço de melhor qualidade. É claro que, na maioria das vezes, os erros cometidos pela CEDAE se devem à maneira como ela é administrada - de forma autoritária e centralizada. Para se ter uma idéia, ainda hoje, um empregado só pode ser transferido de um setor para outro com autorização pessoal do presidente da Empresa. Se considerarmos que a CEDAE fatura e movimenta R\$ 1,2 bilhão/ano, concluiremos que "é uma maldade exigir que o presidente, cuide de coisas tão simples".

Foi dentro deste clima que, em meados do ano passado, foi promovida, por trabalhadores do Guandu, do DAE de Campo Grande e do pessoal de Elevatórias, uma reunião, no Clube dos Aliados, em Campo Grande, com a participação de representantes dos sindicatos, ASEAC, CAC e Prece, para discutir a questão. Neste encontro, ficou definido que deveríamos lutar contra a privatização da CEDAE e, em função dessa decisão, formou-se uma coordenação para buscar alternativas à proposta do governo, com a participação dos sindicatos, ASEAC, PRECE, CAC e ABES nacional. Ficou definido, também, que a ASEAC lideraria o processo na busca de uma opção para evitar a privatização da empresa. A partir daí, a ASEAC não poupou esforços e, em setembro do ano passado, distribuiu um primeiro jornal a todos os empregados da CEDAE, colocando estas questões e a importância da união de todos nesta luta. Sempre em conjunto com as lideranças sindicais, a ASEAC passou a fazer contatos políticos, explicando os riscos de se privatizar serviços de Saneamento. Além disso, contratou uma Consultoria para ajudar os técnicos a consolidar uma proposta de um novo modelo de gestão, que permitisse a modernização da Empresa e a sua permanência no setor público, considerando-se a sua importância para garantir a saúde da população.



Empregados assumiram as obras de abastecimento no Recreio e, em menos de seis semanas, assentaram 9 dos 14 km de tubos

Água para o Recreio: basta vontade política e a CEDAE dá certo

Depois de uma discussão com o prefeito Luís Paulo Conde, que acabou chegando aos jornais, o governador Marcello Alencar resolveu atender a toda a população do Recreio, com água da CEDAE. Ele anunciou a sua decisão política na primeira quarta-feira de abril e já no dia seguinte os empregados da CEDAE estavam no local trabalhando. Em menos de seis semanas,

foram assentados cerca de nove dos 14 km de tubulação previstos, para levar mais 600 litros/seg. para o bairro. A obra será concluída em junho, garantindo água à população do Recreio, de forma direta, e melhorias no abastecimento da Barra, indiretamente. Com mão-de-obra, projeto e equipamentos da própria CEDAE, esta obra mostra a capacidade da empresa para pla-

nejar e executar trabalhos de grande porte: "Deixando fazer, a gente faz", dizem os técnicos e operários responsáveis pela obra. Os investimentos - viabilizados com recursos próprios - de R\$ 10 milhões, representam uma prova de que basta decisão política para mudar o quadro sanitário do Estado, sem a necessidade de recorrer a projetos neoliberais de privatização.

EMPREGADOS AMPLIAM MOVIMENTO

Pela preservação da Cedae no setor público

Desde que tomou posse, a direção da ASEAC não tem medido esforços para envolver a participação de todos, no sentido de buscar soluções alternativas para modernizar a CEDAE. Esta é uma luta antiga dos técnicos da empresa que, há muito tempo, vem levantando a necessidade de mudanças estruturais na administração da Companhia, para torná-la mais eficiente, participativa e descentralizada.

Assim, desde o início, os empregados vêm estimulando a discussão em torno desses assuntos, seja através de palestras, seminários, reuniões com os sindicatos e outras entidades de classe ligadas aos trabalhadores da CEDAE, em todas as áreas. Paralelamente, a ASEAC buscou, também, agilizar e modernizar sua linha de comunicação, editando jornais mensais regulares e edições extras, uma delas, inclusive, com entrevistas dos candidatos a prefeito das principais cidades do interior do Estado, no último pleito, sobre o futuro da CEDAE.

Ao mesmo tempo, foi divulgada uma das propostas para tornar a CEDAE uma empresa mais moderna e eficiente, cujo "embrião" serviu para o aprofundamento das discussões, que tiveram início em Campo Grande, com os empregados do Guandu e que se estenderam por vários setores da Empresa, além dos sindicatos e entidades de classe, tais como o Clube de Engenharia, Seaej etc., e como base para o trabalho desenvolvido pela consultoria contratada, que já chegou a uma proposta que prevê a manutenção da Companhia no setor público e a sua descentralização administrativa. Fruto da participação de vários colegas da Com-



Ronaldo Gama

Os empregados estão empenhados em mostrar que a CEDAE dá certo

panhia e de debates com lideranças de classe e trabalhadores, a ASEAC consolidou a nova proposta, já entregue ao Secretário de Planejamento do Estado, Marco Aurélio Alencar, que, na ocasião, se comprometeu a estudar e a voltar a conversar com a direção da Entidade sobre o projeto. Para que o encaminhamento da discussão da proposta não fosse paralisado, na hipótese de o governo do Estado não dar resposta - como ocorreu - foi dada seqüência à divulgação da nova proposta de modelo, através de contatos com prefeitos e vereadores - da capital e do interior -, deputados estaduais, lideranças de classe e outros.

Durante o processo, a direção da ASEAC e os sindicatos de Campos e de Niterói fizeram incessantes peregrinações a Teresópolis e outros municípios da Região Serrana, Campos e Região dos La-

gos, participando de reuniões políticas com as comunidades, e de programas de rádio e entrevistas a jornais locais, mostrando as peculiaridades do setor de Saneamento Básico e a necessidade de preservá-lo na esfera do Estado, combatendo a falácia da privatização, como solução salvadora, junto à opinião pública.

Tanto as audiências públicas quanto as licitações para a concessão dos serviços na Região dos Lagos e na Barra da Tijuca receberam atenção especial, com a participação da ASEAC, assessorada por consultoria jurídica, especialmente contratada para a análise desses processos. Esse acompanhamento culminou com uma ação, em nome do sindicato de Niterói, contra a privatização da CEDAE nos municípios da Região dos Lagos, fundamentada pelos advogados Marcelo Cerqueira e Tadeu Aparecido Ragot.

A luta pelo Saneamento passo a passo

1996/1997

- ASEAC e sindicatos começam a discutir a importância de uma nova gestão para a Empresa, para preservar o Saneamento no setor público.
- Começa a série de visitas às cidades do interior ameaçadas de privatização para esclarecimento da opinião pública e contatos políticos.
- ASEAC e sindicatos se preparam, juridicamente, para acompanhar as audiências públicas que dão início ao processo de privatização da Região dos Lagos e Barra, através de questionamentos e exigências junto à comissão de licitação.
- Concluído o processo de consolidação de uma nova proposta de Gestão para o Saneamento no Estado, que foi imediatamente divulgada.
- ASEAC entrega cópia do documento ao Secretário de Planejamento do Estado, Marco Aurélio Alencar, propondo a descentralização administrativa da Empresa.
- Retomadas com os sindicatos de Campos e Niterói as viagens ao interior do Estado para apresentação da proposta de um novo Modelo de Gestão a prefeitos e vereadores, com boa receptividade.
- Início das licitações leva ASEAC e sindicatos a contratarem os advogados Marcelo Cerqueira e Tadeu Aparecido Ragot, que entram com uma ação contra a privatização dos serviços de Saneamento na Região dos Lagos e a inconstitucionalidade do Programa Estadual de Desestatização - PED - onde a CEDAE está incluída.

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>Jornal da ASEAC</p> <p>Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE</p> <p>Rua Sacadura Cabral, 120, Salas 601, 602, 607 e 902</p> <p>Tels: 263 6240 e 296 0025 - Ramal 102 - Telefax: 253 7482</p> <p>Internet: aseac@mandic.com.br</p> | <p>Diretor de Comunicação</p> <p>Jaime Dutra Noronha</p> <p>Diretor Técnico</p> <p>João Benedito Lorenzon Mello</p> <p>Diretor Social</p> <p>Antônio Carlos Alvares Grillo</p> | <p>Arquitetos</p> <p>Dirceu Soares Marinho Filho</p> <p>Biólogos</p> <p>Evandro Rodrigues de Brito</p> | <p>Paulo César Quintanilha</p> <p>Renato Guerra Marques</p> <p>CONSELHO FISCAL</p> <p>Emy Guimarães de Lemos</p> <p>Arlindo Pereira</p> <p>Jorge Rodrigues Leitão</p> <p>Alberto José M. Gomes</p> |
| | <p>CONSELHO DIRETOR</p> <p>Representantes dos Administradores</p> <p>Pedro Paulo de Freitas</p> <p>Advogados</p> <p>Suell Kollling Turano</p> <p>Analistas</p> <p>César Lima da Graça</p> <p>Aposentados</p> <p>Edson Bittencourt Rosas</p> <p>Elycio Américo M. da Fonseca</p> <p>Leon Abram</p> <p>Nacim Chau Cascum</p> | <p>Contadores</p> <p>Sérgio Pereira</p> | <p>Demais categorias</p> <p>Eliana Glória de P. Peixoto</p> |
| <p>DIRETORIA EXECUTIVA</p> <p>Diretor Presidente</p> <p>Dario Mondego</p> <p>Diretor Vice-Presidente</p> <p>Walcyr Goulart Marlosa</p> <p>Diretor Administrativo</p> <p>César Eduardo Scherer</p> <p>Diretor Financeiro</p> <p>Edson Reis da Silva</p> | <p>Economistas</p> <p>Pedro Evandro Ferreira</p> | <p>Engenheiros</p> <p>Álvaro Henrique C. Verocai</p> <p>Clóvis Francisco do Nascimento Filho</p> <p>Flávio de Carvalho Filho</p> <p>Márcio de Melo Rocha</p> | |

A hora é de mobilização

Pelo Saneamento no setor público, pela descentralização e pelo resgate da autoridade municipal

Venderam a Vale do Rio Doce contra a vontade da população brasileira, em nome de um projeto de abertura da economia brasileira. Em nome deste mesmo projeto neoliberal, querem privatizar o Saneamento Básico no Estado. Mas, o governo se esquece que esta lógica de mercado não pode ser aplicada ao Saneamento Básico, pois sem água e esgotamento sanitário não há qualidade de vida, não há saúde pública. Ora, venhamos e convenhamos, não há como aplicar o princípio da livre concorrência neste caso, pois não há como ter duas redes de água na mesma rua, no mesmo bairro, de empresas diferentes. O Saneamento é por definição uma atividade monopolista, só uma empresa pode explorar o serviço. Além do mais, o Saneamento não tem por fim o lucro econômico-financeiro, e sim o social. Segundo a Constituição Brasileira, Saneamento é uma atividade essencial, de responsabilidade intransferível do Poder Público, portanto, deve ficar sob a responsabilidade do Estado.

Na verdade, é preciso esclarecer que o governo não quer vender a CEDAE, mas sim, privatizar parte das concessões que, hoje, estão com a Empresa. Serviços de Saneamento, como todos sabemos, são de responsabilidade dos municípios, mas, devido a vários problemas, as prefeituras não puderam assumi-los, sendo que, em 1965, o governo federal criou o Plano Nacional de Saneamento - o Planasa - e os governos estaduais, as Companhias Estaduais de Saneamento. Durante anos, o Planasa funcionou bem, reduzindo o déficit no abastecimento de água, mas deixando muito a desejar com relação ao esgotamento sanitário. O modelo do Planasa - implantado em pleno regime militar - era autoritário e previa uma administração centralizada para os serviços do Saneamento. Hoje, este modelo está ultrapassado, pois o Brasil mudou, houve uma incontestável abertura política e os municípios exigem uma maior participação em todos os níveis. No Estado do Rio, a CEDAE foi criada com a fusão. Antes havia a CEDAG, a SANERJ e a ESAG.

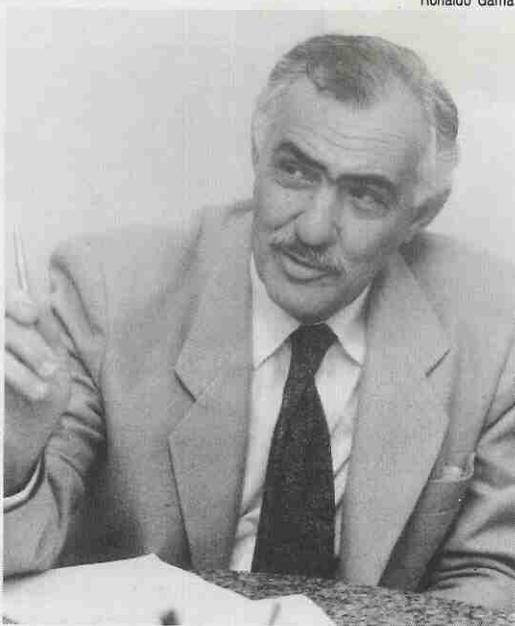
A CEDAE, como várias outras companhias estaduais, desde a sua fundação, vem tendo dificuldades, devido à administração centralizada, que fragiliza a Empresa, a torna ineficaz e possibilita a sua manipulação política. Nós, da CEDAE, precisamos entender a neces-

sidade urgente de nos mobilizarmos na luta pela modernização da Companhia, para que esta não seja esquartejada e entregue à iniciativa privada, como defende o governo do Estado.

A situação está complicada, pois, hoje, o governo estadual, alegando não ter recursos para investir na melhoria dos serviços de Saneamento Básico, resolveu abrir concorrências públicas para entregar as concessões em poder da CEDAE, à iniciativa privada. É preciso esclarecer que a CEDAE, em momento algum, ficou presa à ausência de recursos financeiros do Tesouro do Estado. E quando precisou investir, utilizou, por várias vezes, empréstimos do extinto BNH, do Banco Mundial - BIRD - e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, que sempre foram pagos, em dia, com recursos próprios da Empresa. Portanto, esta é uma desculpa infundada. Além disso, é importante nos conscientizarmos de que a proposta do governo é ruim. Ela enfraquece a CEDAE, dividindo-a em várias outras empresas, e nós sabemos que à iniciativa privada só vai interessar as concessões altamente lucrativas, o que impedirá que os municípios mais ricos ajudem aos mais pobres, com as suas arrecadações, como ocorre hoje. Manter a Empresa no setor público significa socializar os recursos do Saneamento. Se todos somos iguais perante à lei, por que não deveremos ser iguais nas nossas necessidades orgânicas? A água é imprescindível à vida e os esgotos representam riscos de doença. E isto não pode ser ignorado, sob o risco de que venha ocorrer uma queda no nível de qualidade de vida da população, considerando-se que a iniciati-

va privada não vai se sensibilizar com as dificuldades de caixa do governo e nem terá interesse em dividir seus lucros com os mais pobres. Logo, a tendência é de que haja um aumento das despesas com internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais no Estado.

Não podemos deixar de falar que, neste momento, o nosso emprego sofre sérios riscos, pois, se a CEDAE for per-



Ronaldo Gama

“Esta lógica de mercado não pode ser aplicada a uma empresa de Saneamento Básico, pois sem água e esgotamento sanitário não há qualidade de vida”

doendo áreas para a iniciativa privada, é óbvio que “vai sobrar gente”. Portanto, precisamos nos unir por uma CEDAE mais democrática, mais atuante e participativa, dentro do setor público. Existem propostas de modernização da Empresa. Uma delas, prevê a descentralização administrativa. Esta já foi entregue ao Secretario de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, à diretoria da CEDAE, a diversos prefeitos, entre eles, o Garotinho, de Campos; Eliel, de Itaguaçu; Luís Paulo Conde, do Rio de Janeiro, além de diversos vereadores da Região dos Lagos (Silva Jardim, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Araruama, Iguaba Grande e Saquarema). Entregamos, também, esta proposta de modernização da CEDAE ao ex-prefeito César Máia; ao jurista e político Marcelo Cerqueira; aos senadores Arthur da Távola; Nei Suassuna e Bernardo Cabral, além da diretora da Secretaria de Política Urbana - Sepurb -, Dilma Sely Pereira, do Ministério do Planejamento, e aos Bancos Mundial - BIRD - e Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A CEDAE dá certo. Basta que o governo do Estado dê autonomia administrativa à Empresa e discuta com

os seus empregados um novo modelo de gestão para a Companhia, de forma que esta volte a ser eficiente e traga lucro social para o Estado, garantindo, através de água tratada e esgotamento sanitário, qualidade de vida à população. Estamos partindo do princípio de que Saneamento é uma atividade pública e, portanto, de responsabilidade do Estado. Logo, se houver vontade política do governo e os empregados da CEDAE se unirem na luta para que a Empresa se mantenha no setor público, surgirá, em pouco tempo, uma nova Companhia, transformando, descentralizando a gestão do Saneamento Básico no Estado. Precisamos discutir, quantas vezes forem necessárias, esta nova empresa. Em princípio, queremos um novo modelo de gestão, que propõe, entre outras coisas:

- a manutenção do Saneamento no setor público;
- a descentralização administrativa;
- o resgate a autoridade municipal;
- a participação da sociedade organizada nas discussões e decisões que a envolva.
- o respeito ao Saneamento como fator de saúde pública e de desenvolvimento social, considerando os níveis de poder aquisitivo da população;
- o fortalecimento da Empresa no interior;
- a importância de a Empresa participar da preservação dos mananciais do Estado, em particular, do rio Paraíba do Sul, que está morrendo.

Na verdade, nós todos estamos trabalhando intensamente para defender esta nova CEDAE, que, temos certeza, voltará a ser superavitária e dar lucro social, voltando a ser uma das maiores empresas do país no setor. Também a ABES, o Clube de Engenharia e a SEAERJ estão trabalhando na defesa de uma CEDAE mais atuante e moderna. Este é o momento de todos nos mobilizarmos pelo mesmo propósito, nos sindicatos dos urbanitários, dos Administradores, de Niterói, dos Engenheiros, de Campos e de outros. Vamos à luta!!! Vamos sensibilizar o governador e os prefeitos para que estes nos ouçam, para transformarmos a CEDAE em uma Empresa atuante e eficaz, que consiga atender a toda a população do Estado com água tratada e esgotamento sanitário.

Descentralização leva Sabesp a resultados recordes

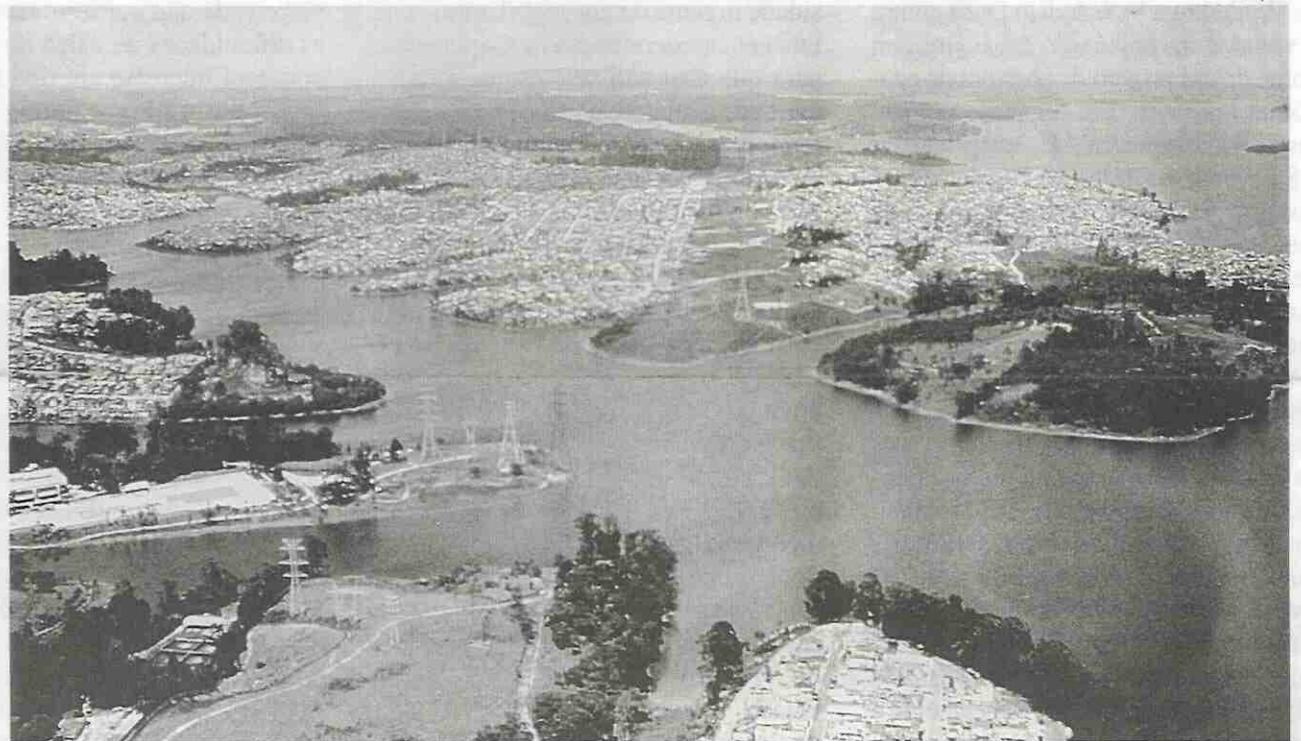
“Antes da mudança do modelo gerencial, Empresa amargava uma dívida de curto prazo superior a R\$ 640 milhões.”

O balanço financeiro que a Companhia da Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp - acaba de divulgar é um verdadeiro documento de “aval” ao projeto de mudança que os empregados da CEDAE estão propondo no modelo de gestão do Saneamento Básico no Estado do Rio, através da descentralização da Companhia e da criação de empresas regionais - nas quais os prefeitos terão assento na diretoria e participação nas decisões.

Dois anos depois de adotar seu novo modelo de administração, a Sabesp registrou, em 1996, um lucro líquido de R\$ 373,6 milhões, correspondendo a 13 vezes mais do que o obtido no ano anterior, da ordem de R\$ 27,9 milhões, em valores atuais. Este foi o melhor resultado da empresa em toda a sua história. A receita operacional líquida do período também foi recorde: R\$ 2,45 bilhões, 13% superior à de 95, de R\$ 2,17 bilhões.

De acordo com seu último balanço, a Companhia paulista apresentou diversos indicadores recordes: a margem operacional mais do que triplicou, passando de 5,46%, em 95, para 17,20%, no ano passado. O índice de liquidez corrente, no mesmo período, passou de 1,06 para 1,17 e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido subiu de 0,32% para 4,05%. Os resultados da Sabesp em 1996 ganham mais expressão, tendo em vista os números de 1994 - ano em que a empresa registrou um prejuízo de R\$ 214 milhões, margem operacional negativa de 13,16%, índice de liquidez corrente de 0,61 e uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de menos 2,82%. Além disso, a empresa acumulava, ao final de 1994, uma dívida de curto prazo superior a R\$ 640 milhões, em valores da época.

O balanço de 1996 reflete a consolidação das mudanças implantadas desde o início de 95 pela atual administração. Essas mudanças, que praticamente envolveram os 18 mil funcionários, são fruto da adoção de um modelo de gestão de Saneamento Básico inédito para os padrões brasileiros, transformando as Superintendências Regionais em “Unidades de Negócio”, que funcionam como se fossem empresas independentes, com plena autonomia e metas definidas. Tais unidades estão ligadas a uma vice-presidência (Cinco na vice-presidência Metropolitana de Produção, duas na Metropolitana de Distribuição, três na do Litoral e seis na do Interior). Suas decisões contam com a participação das comunidades e dos prefeitos das cidades abrangidas pela referida bacia hidrográfica, através dos prefeitos e da sociedade civil, organizados em Comissões de Gestão. Este instrumento dá consequência e fiscaliza as decisões das Assembléias do Poder



O Programa Metropolitano de Água da Sabesp inclui a recuperação dos mananciais, como a represa de Billings

Concedente, formada pelo presidente da Sabesp e pelos prefeitos, que definem com a empresa os projetos para seus municípios.

Investimentos

O desempenho obtido pela Sabesp no ano de 96 permitiu a realização de investimentos igualmente recorde: R\$ 748 milhões, ou seja, quase o dobro dos R\$ 384 milhões aplicados em 1995, primeiro ano da implantação do novo modelo de gestão. Tais investimentos resultaram na ampliação em 740 km de redes de distribuição e 210 mil ligações de água, nos 330 municípios operados em 1996. Com isso, a Sabesp elevou os índices de atendimento de água de 94%, registrados no final de 1995, para os atuais 96%. Na área de esgotos, a companhia expandiu a rede coletora em 900 km e o número de ligações em 147 mil, ampliando o índice de atendimento de 68% para 70%. Ao mesmo tempo, obteve uma redução dos prazos médios de atendimento aos consumidores, ao executar ligações de água e de esgotos em 12 e 14 dias, respectivamente. Há dois anos, a espera por uma nova ligação chegava a até seis meses.

Tendência revertida

O resultado da mudança no modelo gerencial da Sabesp já começou a ser sentido, também, no interior do Estado:

cerca de 30 municípios estão solicitando à Companhia que assumira a operação de seus serviços de Saneamento Básico, ao contrário da tendência que vinha se registrando, quando alguns chegaram a optar pela privatização.

Segundo a empresa, atualmente existem quatro milhões de pessoas atendidas pela Empresa no interior, em 285 municípios. Além das 30 cidades, que mantinham serviços autônomos de Saneamento e, agora, querem passar sua concessão à Sabesp, Hortolândia (com 150 mil habitantes) e Berituba Mirim - que eram operadas por empresas privadas - já entregaram a concessão dos serviços à Sabesp.

Desses novos municípios, 10 já aprovaram leis em suas respectivas câmaras com esse objetivo. A partir de agora, a companhia pretende manter a atual estrutura de concessões no interior para não prejudicar a qualidade dos serviços e está reformulando os contratos de concessão desses municípios. Os dirigentes da Sabesp atribuem o novo posicionamento das prefeituras à mudança no modelo da Sabesp, que acabou com a relação autoritária que existia, remanescente da época da ditadura, e que impunha contratos leoninos aos prefeitos.